

* 9 JUN 1993

Pedra de toque de um programa

Quilida R. S. L. S.

Embora o ministro Fernando Henrique Cardoso possa chegar a acordo com os governadores de Estado sobre a dívida que esses têm com a União, não se pode dar por assentado que o titular da pasta da Fazenda conseguirá levar avante seu plano de estabilização monetária por meio do equilíbrio orçamentário. Especialmente quando, nos planos do ministro, está firmemente estabelecido que é preciso regularizar a relação dos bancos estatais estaduais com o Banco Central. Ao lado desse problema, há o das estatais, que estão fora do controle do governo. Colocadas as coisas com muita cruza, o ministro da Fazenda só poderá ter êxito se conseguir vencer a um tempo as resistências somadas das nomenclaturas federal e estaduais.

O problema dos bancos estaduais é politicamente mais delicado do que o da oligarquia enquistada nas estatais. Se a oligarquia tem seus representantes no Congresso, a sua causa não é de molde a consolidar alianças parlamentares, além do que a resistência aos privilégios dela

ESTADO DE SÃO PAULO
ser hoje muito forte no Congresso. No caso dos bancos estaduais, trata-se de vencer oposições de governadores que têm influência, quando não controle, sobre parlamentares ou até mesmo inteiras bancadas, além de ser, podendo mobilizá-las, os empregadores das direções dos bancos na medida em que os governos dos Estados são seu maior acionista.

O primeiro embate dessa batalha que já dura anos, sempre perdida pela União, travar-se-á em torno de bancos do Piauí, do Rio Grande do Norte e da Paraíba, cujos governadores foram solicitar ao ministro da Fazenda a reabertura dos estabelecimentos — que para tanto têm, constante do Orçamento, vultosa importância. O ministro Fernando Henrique resistiu à suave pressão, deixando claro que nenhum banco estadual terá tratamento diferente dos demais. A questão é saber se o presidente da República (que é quem dirá a última palavra política) saberá resistir à pressão de governadores politicamente mais influentes que os desses Estados nordestinos.

Na defesa da situação dos bancos estatais começam a somar-se os mais sofisticados argumentos, como este de que os bancos nada têm a ver com a situação dos Tesouros estaduais e que se se eliminar o que os Estados devem, via bancos estaduais, eles serão rentáveis. Em outras palavras, pretende-se dizer que os bancos são meros intermediários e nada têm a ver (pasmese!) com a situação que os governos estaduais criaram para eles, tomando empréstimos que pagam a longo prazo, obrigando o Banco Central a socorrer os bancos quando a situação de caixa diária não é satisfatória.

A palavra final será dada pelo presidente Itamar Franco. Se S. Exa. não souber resistir à pressão política dos governadores e aos “clamores” dos regionalismos, inviabilizará sua administração. Os cortes no Orçamento e o enquadramento dos bancos estaduais são a pedra de toque das intenções reais do sr. Itamar Franco no referente ao combate à inflação e à miséria, e à projetada retomada do desenvolvimento.